

Brasil, ao longo de um período de tempo maior? É um esquema que aniquila a economia do país, as finanças de todos os entes federados e mais, por meio de um esquema fraudulento, porque contratar dívida dessa forma, disfarçada, é crime, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero aproveitar essa oportunidade para fazer um convite para nossos colegas auditores Brasil a fora para que abracem essa causa, porque nós podemos fazer a diferença. Dedicamos uma vida inteira de trabalho a essa tarefa de auditoria. Desenvolvemos as nossas antenas. Para nós, uma palavrinha já aciona

toda uma quantidade de informações que a pessoa que não está acostumada com essa investigação vai passar ali e não vai ver nada. O auditor vai ver.



6 – As reformas estruturantes em andamento integram esse arcabouço?

Claro. A ANFIP demonstrou que todos os argumentos do governo para justificar a aprovação da reforma da Previdência não tinham o menor cabimento. Então, por que essa insistência do governo

5 - Podemos contar com parlamentares que apoiam a causa?

Sim. O senador Álvaro Dias apresentou requerimento para que se faça a auditoria da dívida. O senador Roberto Requião está sempre utilizando os dados da Auditoria Cidadã e exigindo mais transparência. Diversos deputados também. Chegamos a criar uma Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida [presidida pelo deputado Edmilson Rodrigues, na Câmara, e pelo senador João Capiberibe, no Senado], que já se reuniu algumas vezes. Em contrapartida, temos muitos parlamentares que são financiados pelo sistema financeiro. Esses vão ficar contra essa pauta.

Precisamos fortalecer o movimento social, os cidadãos e, principalmente envolver nossos colegas Auditores Fiscais da Receita Federal. Temos muitos auditores e auditoras, tanto da ativa, mas, também aposentados, que estão em plena capacidade de contribuir para o país, de reforçar os estudos.

em fazer essa reforma? É para diminuir o volume de recursos destinados à pasta da Previdência Social, da Assistência e da Saúde. Essa reforma não é só da Previdência, é da Seguridade. Vai reduzir os recursos dos programas sociais para sobrar mais dinheiro para o pagamento de juros ao mercado financeiro e para sustentar esse esquema financeiro.

Por que a Emenda 95 deixou de fora os recursos para aumento de capital dessas empresas estatais não dependentes, que são exatamente as empresas criadas para operar o esquema da securitização? Estamos denunciando desde a tramitação da PEC 55, que foi aprovada e virou a Emenda Constitucional 95. Isso é um esquema de grande interesse para o mercado financeiro. Nós da Auditoria Cidadã estamos denunciando e percebemos isso porque esse mecanismo é praticamente idêntico ao que quebrou a Grécia e afetou toda a economia do continente europeu. É a mesma engenharia financeira. Identificamos